



# Prefeitura Municipal de Castro

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 40 /2021

CÂMARA MUNICIPAL

Secretaria

Protocolado Sob Nº 659

Em 19 de agosto de 2021

Às 17:07 hs. Ass: \_\_\_\_\_

**SÚMULA:** Extingue o cargo de Cuidador Social e dá outras providências.

**Art. 1º.** Fica em extinção o cargo de Cuidador Social, Grupo Assistente, Classe G3, criado pela Lei nº 3.038, de 28 de janeiro de 2015, assegurados os direitos adquiridos aos atuais ocupantes até que se dê a vacância do cargo.

**Art. 2º.** Os servidores ocupantes do cargo em extinção poderão ser disponibilizados para o exercício de atribuições correlatas às previstas para o cargo, observado o nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional compatíveis com as funções anteriormente exercidas.

**Art. 3º.** Autoriza o Poder Executivo a terceirizar os serviços de cuidados básicos essenciais dos usuários do Sistema Único de Assistência Social, através da contratação de empresa especializada mediante procedimento licitatório.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 13 de agosto de 2021.

**MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



# Prefeitura Municipal de Castro

Estado do Paraná

## JUSITICATIVA

### Ao Projeto de Lei que extingue o cargo de Cuidador Social e dá outras providências.

Senhores Vereadores,

O presente projeto visa à extinção do cargo de “Cuidador Social”, autorizando o Executivo municipal a contratar empresas especializadas para a realização das respectivas atribuições, considerando tratar-se de atividades-meio da Administração Pública, passíveis de terceirização.

O pedido foi formulado pela Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social, através do Memorando nº 035, incluso no Processo Administrativo nº 17.636/2021, cuja cópia segue em anexo.

Os atuais servidores continuarão no exercício de suas funções, até sua exoneração ou outra forma de vacância do cargo, sendo aproveitados para a execução de serviços correlatos às atribuições do cargo em extinção, desde que compatíveis com sua formação escolar.

Para a execução das atribuições do cargo em extinção, autoriza-se a contratação de empresas especializadas, mediante licitação. Pretende-se assim maior agilidade e qualidade no serviço, em benefício da população. Além disso, prevê-se vantajosidade econômica, ao mesmo tempo em que se reduz o índice de gastos com pessoal.

Saliente-se que se trata de atividade passível de terceirização, visto que não constituem atividade-fim da Administração Pública. Nesse sentido, aponta-se o Decreto Federal nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que autoriza, no seu artigo 3º, a execução indireta de serviços relativos a cargos extintos, bem como das funções que não detenham poder decisório ou de polícia nem constituam áreas estratégicas da Administração.

Pelo exposto, solicita-se a apreciação por esta Casa de Leis do presente projeto, esperando sua aprovação na forma em que se encontra.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 13 de agosto de 2021.

**MOACYR ELIAS FADEL JUNIOR**  
**PREFEITO MUNICIPAL**